



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE SÃO JOÃO

VARA CÍVEL DE SÃO JOÃO - PROJUDI

Av. Irineu Sperotto, 519 - União - São João/PR - CEP: 85.570-000 - Fone: (46)3905-6620 -

Celular: (45) 3308-8345 - E-mail: sj-ju-sccrda@tjpr.jus.br

Autos n. 0000776-12.2023.8.16.0183

Autos n.: 0000776-12.2023.8.16.0183

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Classificação de créditos

Valor da Causa: R\$ 10.276.053,81

- Autor(s):
- CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO em Recuperação Judicial
 - CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO em Recuperação Judicial
 - ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES - ME em Recuperação Judicial
 - TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA em Recuperação Judicial

Réu(s): • CREMILSON VLADEMIR VOLPATTO

Vistos os autos para decisão.

1. DO RELATÓRIO

Perante a Vara Cível da Comarca de São João, CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES - ME. e TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. apresentaram, em 5.5.2023, às 16h56, "*pedido de recuperação judicial*" (autos n. 0000776-12.2023.8.16.0183) (Movimento n. 1.1), com documentação (Movimentos n. 1.2 a 1.18).

Sustentaram, em síntese, que: **[a]** são empresas familiares, que constituem um grupo econômico, em que a operação e a administração de todas as empresas é gerenciada pelo casal CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO e ELIANE VISNIESKI; **[b]** atuam no ramo de transporte rodoviário de cargas em todo o território nacional, nos segmentos de transporte de soja, adubo, milho, trigo, aveia, ração animal e combustíveis; **[c]** a primeira empresa fundada pelo grupo foi ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES, em 2018, e, posteriormente, fundaram as empresas TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. e CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO - LTDA., em 2019 e 2020, respectivamente; **[d]** são responsáveis por diversos postos de trabalho no Município de São João/PR, beneficiando mais de 50 (cinquenta) famílias; **[e]** sua crise financeira começou em 2018, logo no início de suas atividades, com a greve dos caminhoneiros e agravou-se com a pandemia causada pelo COVID-19, anunciada em 11.3.2020; **[f]** mesmo diante do caos instaurado perante o cenário político e econômico, manteve seus colaboradores contratados; **[g]** apesar dos esforços para manter suas atividades, o aumento da inflação e da taxa de juros prejudicou sua atividade principal; **[h]** obrigaram-se a ampliar sua frota de caminhões, o que culminou em um endividamento exorbitante; **[i]** em outubro de 2022, um caminhão de sua frota tombou na



região de Minas Gerais, gerando um prejuízo de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e ficou parado por 90 (noventa) dias durante o conserto; **[j]** viram suas receitas despencar juntamente com o preço da soja, que representa 70% (setenta por cento) de seu faturamento mensal, porquanto os produtores pararam de vender, aguardando que os preços subissem, deteriorando, assim, seu caixa, atingindo-se o estado de crise financeira; e **[k]** possuem potencial para superar a crise econômica e financeira.

Requereram, por fim, fosse, preliminarmente, processado o feito.

Em decisão anterior (Movimento n. 17.1), determinou-se a realização de constatação prévia.

O perito judicial apresentou o laudo de constatação prévia (Movimento n. 22.2), com documentação (Movimentos n. 22.1, 22.3 e 22.4).

Em decisão anterior (Movimento n. 45.1): **[a]** deferiu-se a consolidação processual e a consolidação substancial dos devedores CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES - ME. e TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.; **[b]** deferiu-se o processamento do pedido de recuperação judicial dos devedores CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES - ME. e TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.; e **[c]** nomeou-se administrador judicial.

O credor BANCO VOLKSWAGEN S.A. interpôs recurso de agravo de instrumento (autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000) contra essa decisão interlocutória, o qual, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, teve o efeito suspensivo concedido, por decisão monocrática, a fim de determinar a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial (Movimento n. 20.1 dos autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000).

O credor BANCO VOLVO BRASIL S.A. interpôs recurso de agravo de instrumento (autos n. 0050476-21.2023.8.16.0000) contra essa decisão interlocutória, o qual, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, teve o efeito suspensivo concedido, por decisão monocrática, a fim de determinar a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade do veículo automotor FH 460 6X2T, de placas SDS-2C14, à manutenção da atividade empresarial (Movimento n. 17.1 dos autos n. 0050476-21.2023.8.16.0000).

Deu-se vista dos autos ao Ministério Público (Movimento n. 47), que se manifestou no sentido da sua não intervenção no feito, salvo nas hipóteses legais expressamente previstas (Movimento n. 69.1).

O administrador judicial promoveu a assinatura do termo de compromisso (Movimento n. 77.2).



Expediu-se edital de intimação de credores, terceiros e interessados (Movimento n. 81.1).

Os devedores: **[a]** informaram que houve a retenção pelo credor BANCO BRADESCO S. A., mediante desconto em sua conta bancária, para cobrir saldo negativo, do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de depósito realizado em seu favor pela empresa MAHLE 10 LTDA.; e **[b]** requereram a restituição do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de retenção pelo credor BANCO BRADESCO S.A. (Movimento n. 90.1), com documentação (Movimento n. 90.2).

O administrador judicial informou a promoção das comunicações e das divulgações legais (Movimento n. 99.1), com documentação (Movimentos n. 99.2 a 99.5).

Os devedores apresentaram o plano de recuperação judicial (Movimento n. 145.1), com documentação (Movimentos n. 145.2 a 145.5).

O administrador judicial apresentou os relatórios mensais de atividades de maio de 2023, junho de 2023 e julho de 2023 (Movimento n. 146.1), com documentação (Movimentos n. 146.2 a 146.4).

O administrador judicial apresentou a relação de credores (Movimento n. 147.1), com documentação (Movimentos n. 147.2 a 147.6).

Expediu-se edital de aviso sobre o recebimento do plano de recuperação judicial apresentado pelos devedores (Movimento n. 146.1).

O administrador judicial apresentou relatório de análise do plano de recuperação judicial (Movimento n. 152.1), com documentação (Movimento n. 152.1).

Os devedores: **[a]** alegaram a essencialidade à sua atividade empresarial dos bens de capital consistentes em veículos automotores componentes de seu patrimônio; e **[b]** requereram a determinação de não permissão, durante o período de suspensão (*stay period*), de sua venda ou retirada do estabelecimento (Movimento n. 160.1), com documentação (Movimentos n. 160.2 a 160.34).

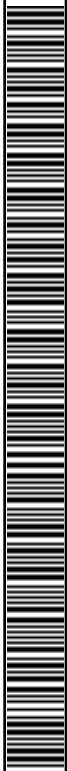
O administrador judicial apresentou o relatório mensal de atividades de agosto de 2023 (Movimento n. 161.1), com documentação (Movimento n. 161.2).

Vieram-me os autos conclusos, em 21.7.2023, às 16h51 (Movimento n. 91).

É o relatório possível e necessário.

Passo a fundamentar e a decidir.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO



2.1. Da recuperação judicial

2.1.1. O introito pertinente

A **crise empresarial** pode encontrar: **[a] solução de mercado**, que é aquela que decorre da própria atuação do mercado, sem intervenção estatal; ou **[b] solução estatal**, que é aquela que tem vez, em tese, na impossibilidade de uso das soluções de mercado, havendo: **[b.1] solução geral**, a saber, recuperação extrajudicial e recuperação judicial (Lei n. 11.101/2005), com atuação do Poder Judiciário, não como responsável pela reestruturação da atividade, mas como quem vai acompanhar a aplicação da lei; e **[b.2] solução específica**, a saber, liquidação extrajudicial (Lei n. 6.024/1974), que incide em certos ramos, tais como instituições financeiras propriamente ditas e por equiparação, em razão de seu caráter mais estratégico à economia nacional.

Sob esse prisma, a **recuperação judicial** é uma modalidade de solução estatal geral à crise empresarial que tem por **objetivo** viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica (art. 47 da Lei n. 11.101/2005).

Feita a necessária introdução, passa-se à análise da espécie.

2.1.2. O caso concreto

Na situação vertente, constata-se que há temáticas pendentes de apreciação.

Explica-se.

1. Primeiro, os devedores informaram que houve a retenção pelo credor BANCO BRADESCO S.A., mediante desconto em sua conta bancária, para cobrir saldo negativo, do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de depósito realizado em seu favor pela empresa MAHLE 10 LTDA., e requereram a restituição do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de retenção pelo credor BANCO BRADESCO S.A. (Movimento n. 90.1).

Por sua vez, vê-se que a Lei n. 11.101/2005 assim dispõe:

Art. 6º. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: [...].

III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.



A seu turno, tem-se que, na decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial (Movimento n. 45.1), assim se estabeleceu:

*[...]. f) DETERMINO, **pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias** (stay period), contados do presente decisório de deferimento do processamento da recuperação judicial, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que os devedores não tenham concorrido para a superação do lapso temporal (art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005): [...].*

f.3) a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens dos devedores, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência (art. 6º, inc. III, da Lei n. 11.101/2005); [...]. (fls. 16/17 do Movimento n. 45.1, com destaque no original).

Sob esse prisma, no caso dos autos, a considerar que o crédito do credor BANCO BRADESCO está sujeito à recuperação judicial, fez-se indevida a retenção levada a efeito, mediante desconto na conta bancária dos devedores, para cobrir saldo negativo, do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de depósito realizado em seu favor pela empresa MAHLE 10 LTDA., montante esse, portanto, que deve ser restituído.

Logo, cabível a restituição aos devedores do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de retenção em sua conta bancária pelo credor BANCO BRADESCO S.A.

2. Segundo, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em análise de recursos de agravo de instrumento (autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000 e 0050476-21.2023.8.16.0000), determinou a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial (Movimentos n. 20.1 dos autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000; e 17.1 dos autos n. 0050476-21.2023.8.16.0000).

Por sua vez, vê-se que a Lei n. 11.101/2005 assim dispõe:

Art. 6º. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: [...].

§ 7º-A - O disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica aos créditos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, admitida, todavia,



a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º deste artigo, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do art. 69 da Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), observado o disposto no art. 805 do referido Código.

A seu turno, tem-se que, na decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial (Movimento n. 45.1), assim se estabeleceu:

*[...]. f) DETERMINO, **pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias** (stay period), contados do presente decisório de deferimento do processamento da recuperação judicial, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que os devedores não tenham concorrido para a superação do lapso temporal (art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005): [...].*

f.2) a suspensão de todas as ações e as execuções ajuizadas contra os devedores, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial, permanecendo os respectivos autos nos juízos onde se processam (arts. 6º, inc. II, 52, inc. III, da Lei n. 11.101/2005), observando-se que: [...].

*f.2.3) prosseguirão as ações e as execuções ajuizadas pelos credores titulares da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de bem imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, **não se permitindo, contudo, durante o período de suspensão (stay period), a venda ou a retirada do estabelecimento dos devedores dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial (art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005)**, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a substituição dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o período de suspensão (stay period) (art. 6º, § 7º-A, da Lei n. 11.101/2005); [...]. (fls. 15/16 do Movimento n. 45.1, com destaque no original).*



Sob esse prisma, no caso dos autos, a considerar que os devedores atuam no ramo de transporte rodoviário de cargas, os veículos automotores componentes de seu patrimônio, a *priori*, seriam bens de capital essenciais a sua atividade empresarial, não sendo possível, portanto, a sua retirada do estabelecimento dos devedores.

Contudo, em pertinente reflexão, em sede de recursos de agravo de instrumento (autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000 e 0050476-21.2023.8.16.0000), o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná determinou a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial, em síntese, sob os seguintes fundamentos:

[...]. Extrai-se dos autos que as empresas agravadas possuem cerca de vinte caminhões e o auto de constatação prévia indicou a existência de sete colaboradores do grupo empresarial, de modo que parece necessário avaliar adequadamente a essencialidade de todos os bens indicados pela parte agravada nos autos de origem. Aparentemente, é o caso de avaliar individualmente quais dos bens indicados pela parte agravada são essenciais à manutenção da atividade empresarial. [...]. (fls. 24/25 do Movimento n. 20.1 dos autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000; e 22 do Movimento n. 17.1 dos autos n. 0050476-21.2023.8.16.0000).

Logo, cabível a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial.

Assim, cabíveis: **[a]** a restituição aos devedores do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de retenção em sua conta bancária pelo credor BANCO BRADESCO S.A.; e **[b]** a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial.

3. DO DISPOSITIVO

À vista do exposto:

a) DECLARO ciência da interposição dos recursos de agravo de instrumento (art. 1.018, *caput* e §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil);

b) MANTENHO a decisão interlocutória agravada por seus próprios fundamentos (art. 1.018, § 1º, do Código de Processo Civil);

c) DECLARO ciência dos relatórios mensais de atividades de maio de 2023, junho de 2023, julho de 2023 e agosto de 2023 (Movimentos n. 146.2 a 146.4 e 161.2);



d) DETERMINO a restituição aos devedores do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de retenção em sua conta bancária pelo credor BANCO BRADESCO S.A. (art. 6º, inc. III, da Lei n. 11.101/2005), razão pela qual DETERMINO a sua intimação, para que, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias**, promova a restituição do R\$ 6.000,00 (seis mil reais) na conta bancária dos devedores;

e) DETERMINO a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial (art. 6º, § 7º-A, da Lei n. 11.101/2005), razão pela qual DETERMINO a intimação do administrador judicial, para que, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, promova as diligências necessárias para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial, devendo indicar, discriminadamente, aqueles tidos como essenciais e aqueles tidos como não-essenciais; e

f) DETERMINO, também:

f.1) a comunicação ao relator dos recursos de agravo de instrumento (autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000 e 0050476-21.2023.8.16.0000) no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná acerca da prolação da presente decisão;

f.2) a expedição de ofício ao juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário/SC, em resposta à sua solicitação (Movimento n. 137.1), informando-lhe que, *a priori*, todos os veículos automotores foram considerados bens de capital essenciais, mas que serão realizadas diligências a fim de confirmar tal constatação, do que será comunicado tão logo seja concluída a providência;

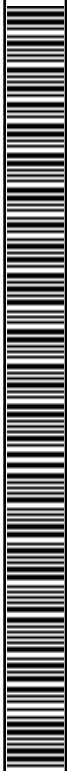
f.3) em relação ao plano de recuperação judicial (Movimentos n. 145.2 a 145.5), o cumprimento, pelo cartório, do disposto na alínea "i.4.3" do subitem "i.4" do item "i" do dispositivo da decisão anterior (Movimento n. 45.1); e

f.4) em relação às objeções ao plano de recuperação judicial apresentadas pelos credores (Movimentos n. 171.1, 172.1, 173.1, 174.1 e 175.2), o cumprimento, pelo cartório, do disposto no subitem "i.3" do item "i" do dispositivo da decisão anterior (Movimento n. 45.1).

Cumram-se as determinações normativas pertinentes da Corregedoria-Geral da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

Por fim, com as cautelas de estilo, oportunamente, retornem os autos conclusos.

São João/PR, data da assinatura digital.



(Assinado digitalmente)

LEONARDO MARCIO LAUREANO

Juiz de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ5JG NKQYF RT498 TTFYU

